

CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL -  
CAU/MS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL - CAU/MS

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS  
Campo Grande - MS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 MS 000992/F

  
Fabiano de Oliveira Barbosa  
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - MS

# CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul

CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

## Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.452.298,03</b>	<b>985.828,55</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>209.235,23</b>	<b>287.798,39</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	586.710,06	325.863,15	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	140.488,31	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	859.542,99	649.821,99	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	730.542,31	592.121,31	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.746,92	3.226,07
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	1.500.565,78	1.115.794,33	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.371.565,10	1.058.093,65	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.044,98	10.143,41	PROVISÕES A CURTO PRAZO	65.000,00	284.572,32
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>650.790,28</b>	<b>672.454,51</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	62.347,23	66.824,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	62.347,23	66.824,80	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	588.443,05	605.629,71	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	561.314,15	588.081,68	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	490.930,29	490.930,29	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	463.801,39	473.382,26		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>209.235,23</b>	<b>287.798,39</b>

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.893.853,08	1.370.484,67
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.893.853,08	1.370.484,67
<b>TOTAL</b>	<b>2.103.088,31</b>	<b>1.658.283,06</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.103.088,31</b>	<b>1.658.283,06</b>
ATIVO FINANCEIRO	586.710,06	325.863,15	PASSIVO FINANCEIRO	209.235,23	235.438,39
ATIVO PERMANENTE	1.516.378,25	1.332.419,91	PASSIVO PERMANENTE	0,00	52.360,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>1.893.853,08</b>	<b>1.370.484,67</b>

## Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	174.709,86	129.218,35
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>174.709,86</b>	<b>129.218,35</b>

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	377.474,83	90.424,76

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2019

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR  
CONTADOR  
012685/O  
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA  
PRESIDENTE CAU/MS  
CAU - A22849-4 MS  
543.985.681-15

# CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul

CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

## Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	2.794.780,78	2.563.887,19	Despesa Orçamentária	2.538.553,15	2.667.068,86
RECEITA REALIZADA	2.794.780,78	2.563.887,19	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	3.746,92	3.226,07
RECEITA CORRENTE	2.774.380,78	2.563.887,19	CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.534.806,23	2.663.842,79
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	909.661,29	855.197,95	DESPEZA CORRENTE	2.530.706,16	2.660.075,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	909.661,29	855.197,95	PESSOAL	1.547.826,40	1.638.930,48
ANUIDADES	909.661,29	855.197,95	MATERIAL DE CONSUMO	10.795,19	10.738,38
RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.929,84	1.543.025,87	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	354.887,60	385.115,88
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.624,28	4.903,00	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	226.766,23	245.672,43
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.701.305,56	1.538.122,87	ENCARGOS DIVERSOS	117.026,81	85.405,27
FINANCEIRAS	92.568,57	98.734,41	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.776,83	1.207,95
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	37.792,46	32.772,17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	245.627,10	293.005,40
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	54.776,11	65.962,24	DESPEZA DE CAPITAL	4.100,07	3.767,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.025,78	35.459,03	INVESTIMENTOS	4.100,07	3.767,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.750,33	30.503,21			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.221,08	66.928,96			
MULTAS DE INFRAÇÕES	32.264,20	42.422,76			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.017,95	22.972,19			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	10.780,71	1.461,71			



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	158,22	72,30			
RECEITA DE CAPITAL	20.400,00				
ALIENACAO DE BENS	20.400,00				
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	20.400,00				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	339.422,37	346.844,98	Pagamentos Extraorçamentários	334.803,09	347.525,63
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.746,92	3.226,07	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.226,07	2.893,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	189.737,42	199.947,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	189.737,42	199.947,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários	145.938,03	143.671,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	141.839,60	144.684,74
Saldo em espécie do Exercício Anterior	325.863,15	429.725,47	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	586.710,06	325.863,15
Caixa e Equivalente de Caixa	325.863,15	429.725,47	Caixa e Equivalente de Caixa	586.710,06	325.863,15
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>3.460.066,30</b>	<b>3.340.457,64</b>		<b>3.460.066,30</b>	<b>3.340.457,64</b>

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2019

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR  
CONTADOR  
012685/O  
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA  
PRESIDENTE CAU/MS  
CAU - A22849-4 MS  
543.985.681-15

## Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.180.381,00	3.180.381,00	2.774.380,78	-406.000,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.140.160,00	1.125.684,60	909.661,29	-216.023,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.140.160,00	1.125.684,60	909.661,29	-216.023,31
ANUIDADES	1.140.160,00	1.125.684,60	909.661,29	-216.023,31
Pessoa Física - do Exercício	850.069,00	783.478,00	616.491,30	-166.986,70
Pessoa Física - do Exercício Anterior	70.000,00	145.000,20	147.551,52	2.551,32
Pessoa Jurídica - do Exercício	210.091,00	152.206,00	110.593,42	-41.612,58
Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	10.000,00	45.000,40	32.286,12	-12.714,28
Dívida Ativa PF - Principal	0,00	0,00	2.016,68	2.016,68
Dívida Ativa PJ - Principal	0,00	0,00	722,25	722,25
RECEITA DE SERVIÇOS	1.817.472,00	1.821.487,00	1.705.929,84	-115.557,16
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	4.624,28	4.624,28
Pessoa Física	0,00	0,00	4.624,28	4.624,28
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.817.472,00	1.821.487,00	1.701.305,56	-120.181,44
RRT - Registro de Responsabilidade Técnica	1.817.472,00	1.821.487,00	0,00	-1.821.487,00
Pessoa Física - RRT	0,00	0,00	1.687.205,27	1.687.205,27
Multa - RRT Extemporâneo	0,00	0,00	14.100,29	14.100,29
FINANCEIRAS	169.493,00	168.829,20	110.373,56	-58.455,64
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	129.493,00	113.829,30	37.792,46	-76.036,84

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Pessoas Físicas	129.493,00	113.829,30	17.707,74	-96.121,56
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	5.785,93	5.785,93
Juros de Mora - Dívida Ativa (Juros de mora sobre anuidades)	0,00	0,00	14.298,79	14.298,79
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	40.000,00	54.999,90	72.581,10	17.581,20
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	17.804,99	17.804,99
Documentos de Fiscalização	0,00	0,00	17.804,99	17.804,99
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	31.025,78	31.025,78
Pessoas Físicas	0,00	0,00	24.355,52	24.355,52
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	6.622,20	6.622,20
Multa mora - Dívida Ativa (Multas sobre anuidades)	0,00	0,00	48,06	48,06
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	40.000,00	54.999,90	23.750,33	-31.249,57
CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	40.000,00	54.999,90	0,00	-54.999,90
Rendimento de Aplicação Financeira BB Setor Público Absoluto	0,00	0,00	15.437,12	15.437,12
Rendimento de Aplicação Financeira BB Setor Público Supremo	0,00	0,00	8.313,21	8.313,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.256,00	64.380,20	48.416,09	-15.964,11
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	14.459,21	14.459,21
Pessoas Físicas	0,00	0,00	14.459,21	14.459,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	23.017,95	23.017,95
Restituições	0,00	0,00	23.017,95	23.017,95
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	53.256,00	64.380,20	10.780,71	-53.599,49
Receitas Não Identificadas	53.256,00	64.380,20	10.780,71	-53.599,49
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	0,00	0,00	158,22	158,22
Custas Judiciais (Outras receitas correntes)	0,00	0,00	158,22	158,22
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	58.464,96	20.400,00	-38.064,96
ALIENACAO DE BENS	0,00	20.400,00	20.400,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	20.400,00	20.400,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
Veículos			0,00	20.400,00	20.400,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			200.000,00	38.064,96	0,00	-38.064,96		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			200.000,00	38.064,96	0,00	-38.064,96		
Superávit financeiro do exercício anterior			200.000,00	38.064,96	0,00	-38.064,96		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>			<b>3.380.381,00</b>	<b>3.238.845,96</b>	<b>2.794.780,78</b>	<b>-444.065,18</b>		
<b>DÉFICIT</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>3.380.381,00</b>	<b>3.238.845,96</b>	<b>2.794.780,78</b>	<b>-444.065,18</b>		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			3.180.381,00	3.180.381,20	2.534.453,08	2.534.453,08	2.530.706,16	645.928,12
PESSOAL			1.869.762,00	1.739.275,22	1.540.597,90	1.540.597,90	1.540.597,90	198.677,32
PESSOAL E ENCARGOS			1.836.562,00	1.715.317,92	1.525.968,40	1.525.968,40	1.525.968,40	189.349,52
REMUNERAÇÃO PESSOAL			1.375.532,00	1.260.341,92	1.136.414,07	1.136.414,07	1.136.414,07	123.927,85
Salários			1.097.300,00	968.542,63	900.225,56	900.225,56	900.225,56	68.317,07
Gratificação de Função			3.000,00	3.105,04	3.076,71	3.076,71	3.076,71	28,33
Gratificação de Natal - 13º Salário			93.831,00	97.953,43	83.520,57	83.520,57	83.520,57	14.432,86
Férias			93.831,00	100.640,17	92.477,70	92.477,70	92.477,70	8.162,47
1/3 de Férias - CF/88			31.285,00	34.408,68	33.452,15	33.452,15	33.452,15	956,53
Abono de Férias			31.285,00	27.559,22	7.811,65	7.811,65	7.811,65	19.747,57
Hora Extra			25.000,00	25.000,00	12.716,98	12.716,98	12.716,98	12.283,02
Indenizações Trabalhistas			0,00	3.132,75	3.132,75	3.132,75	3.132,75	0,00
ENCARGOS SOCIAIS			371.030,00	371.030,00	310.926,39	310.926,39	310.926,39	60.103,61
INSS Patronal			255.300,00	255.300,00	212.464,40	212.464,40	212.464,40	42.835,60
FGTS			102.900,00	102.900,00	87.670,18	87.670,18	87.670,18	15.229,82
PIS s/ Folha de Pagamento			12.830,00	12.830,00	10.791,81	10.791,81	10.791,81	2.038,19

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
BENEFÍCIOS A PESSOAL	90.000,00	83.946,00	78.627,94	78.627,94	78.627,94	5.318,06
Vale Transporte	2.000,00	2.000,00	826,94	826,94	826,94	1.173,06
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	88.000,00	81.946,00	77.801,00	77.801,00	77.801,00	4.145,00
DIÁRIAS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	33.200,00	23.957,30	14.629,50	14.629,50	14.629,50	9.327,80
Diárias de funcionários	33.200,00	23.957,30	14.629,50	14.629,50	14.629,50	9.327,80
MATERIAL DE CONSUMO	24.150,00	14.150,00	10.795,19	10.795,19	10.795,19	3.354,81
MATERIAL DE CONSUMO	24.150,00	14.150,00	10.795,19	10.795,19	10.795,19	3.354,81
Material de Expediente	3.620,00	3.632,38	3.632,38	3.632,38	3.632,38	0,00
Material de Informática	1.500,00	1.487,62	1.176,00	1.176,00	1.176,00	311,62
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis e Lubrificantes	6.000,00	6.000,00	5.986,81	5.986,81	5.986,81	13,19
Outros Materiais de Consumo	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Bandeiras, flâmulas e placas	530,00	530,00	0,00	0,00	0,00	530,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	503.971,00	438.905,38	362.116,10	362.116,10	362.116,10	76.789,28
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	68.600,00	49.976,06	46.483,40	46.483,40	46.483,40	3.492,66
Remuneração de Estagiários	68.600,00	49.976,06	46.483,40	46.483,40	46.483,40	3.492,66
DIÁRIAS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	161.000,00	129.721,61	62.795,99	62.795,99	62.795,99	66.925,62
Diárias de conselheiros/convidados	118.000,00	95.574,00	55.567,49	55.567,49	55.567,49	40.006,51
Despesas com locomoção - conselheiros/convidados	43.000,00	34.147,61	7.228,50	7.228,50	7.228,50	26.919,11
ALUGUEL DE IMÓVEL PESSOA FISICA	250.000,00	248.406,00	248.406,00	248.406,00	248.406,00	0,00
Aluguel de Imóvel Pessoa Física	250.000,00	248.406,00	248.406,00	248.406,00	248.406,00	0,00
RESARCIMENTOS	24.371,00	10.801,71	4.430,71	4.430,71	4.430,71	6.371,00
Ressarcimentos	24.371,00	10.801,71	4.430,71	4.430,71	4.430,71	6.371,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	373.807,00	559.899,94	230.513,15	230.513,15	226.766,23	329.386,79
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	10.000,00	5.000,00	650,00	650,00	650,00	4.350,00
Serviços de divulgação e publicidade	10.000,00	5.000,00	650,00	650,00	650,00	4.350,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SERVIÇOS PRESTADOS	280.807,00	471.899,94	188.419,55	188.419,55	184.672,63	283.480,39
Serviços de Intermediação de Estágios	5.600,00	5.600,00	3.688,20	3.688,20	3.688,20	1.911,80
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	88.000,00	85.621,06	63.155,21	63.155,21	63.102,41	22.465,85
Seguros de Bens Móveis	5.000,00	5.634,86	5.634,86	5.634,86	5.634,86	0,00
Seguros de Bens Imóveis	3.000,00	2.365,14	1.294,14	1.294,14	1.294,14	1.071,00
Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e Imóveis	2.000,00	200.000,00	2.027,00	2.027,00	2.027,00	197.973,00
Manutenção e Conservação de Veículos	5.000,00	5.832,84	4.072,00	4.072,00	4.072,00	1.760,84
Serviços de Energia Elétrica e Gás	26.000,00	26.000,00	24.613,37	24.613,37	21.949,12	1.386,63
Serviços de Água e Esgoto	3.000,00	5.000,00	3.625,44	3.625,44	3.419,82	1.374,56
Serviços de Correios e Telégrafos	18.000,00	18.000,00	4.055,57	4.055,57	3.960,67	13.944,43
Despesas com Telecomunicações	44.807,00	44.807,00	20.483,34	20.483,34	19.753,99	24.323,66
Serviços de impressão, encadernação e outros	9.800,00	9.800,00	2.776,85	2.776,85	2.776,85	7.023,15
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	10.000,00	9.499,92	9.499,92	9.499,92	9.499,92	0,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	43.100,00	31.512,18	21.272,31	21.272,31	21.272,31	10.239,87
Serviços de alimentação	10.000,00	8.000,00	7.994,40	7.994,40	7.994,40	5,60
Despesas com eventos, feiras, congressos	7.500,00	12.848,00	12.848,00	12.848,00	12.848,00	0,00
Cessão de Uso de Bens Móveis	0,00	1.378,94	1.378,94	1.378,94	1.378,94	0,00
PASSAGENS	83.000,00	83.000,00	41.443,60	41.443,60	41.443,60	41.556,40
Passagens para conselheiros/convidados	65.000,00	65.000,00	30.279,34	30.279,34	30.279,34	34.720,66
Passagens para funcionários	18.000,00	18.000,00	11.164,26	11.164,26	11.164,26	6.835,74
ENCARGOS DIVERSOS	109.800,00	117.026,81	117.026,81	117.026,81	117.026,81	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	109.800,00	117.026,81	117.026,81	117.026,81	117.026,81	0,00
Impostos e Taxas	28.000,00	33.980,76	33.980,76	33.980,76	33.980,76	0,00
Taxas Bancárias	1.800,00	1.282,58	1.282,58	1.282,58	1.282,58	0,00
Taxa Bancária de Serviços de Cobrança	80.000,00	81.763,47	81.763,47	81.763,47	81.763,47	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	27.776,83	27.776,83	27.776,83	27.776,83	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	27.776,83	27.776,83	27.776,83	27.776,83	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	282.477,00	266.933,02	245.627,10	245.627,10	245.627,10	21.305,92
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	63.563,00	52.970,00	52.969,10	52.969,10	52.969,10	0,90
Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	63.563,00	52.970,00	52.969,10	52.969,10	52.969,10	0,90
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	40.000,00	35.049,02	13.744,00	13.744,00	13.744,00	21.305,02
Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades	40.000,00	35.049,02	13.744,00	13.744,00	13.744,00	21.305,02
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	178.914,00	178.914,00	178.914,00	178.914,00	178.914,00	0,00
Centro de Serviços Compartilhados	178.914,00	178.914,00	178.914,00	178.914,00	178.914,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	16.414,00	16.414,00	0,00	0,00	0,00	16.414,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	16.414,00	16.414,00	0,00	0,00	0,00	16.414,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	200.000,00	58.464,76	4.100,07	4.100,07	4.100,07	54.364,69
INVESTIMENTOS	200.000,00	58.464,76	4.100,07	4.100,07	4.100,07	54.364,69
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	120.000,00	13.464,76	0,00	0,00	0,00	13.464,76
Obras e Instalações em andamento	50.000,00	13.464,76	0,00	0,00	0,00	13.464,76
Reformas	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	80.000,00	45.000,00	4.100,07	4.100,07	4.100,07	40.899,93
Móveis e Utensílios	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Máquinas e Equipamentos	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Equipamentos de Processamento de Dados	40.000,00	15.000,00	4.100,07	4.100,07	4.100,07	10.899,93
Sistemas de Processamento de Dados	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.380.381,00</b>	<b>3.238.845,96</b>	<b>2.538.553,15</b>	<b>2.538.553,15</b>	<b>2.534.806,23</b>	<b>700.292,81</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>256.227,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-256.227,63</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.380.381,00</b>	<b>3.238.845,96</b>	<b>2.794.780,78</b>	<b>2.538.553,15</b>	<b>2.534.806,23</b>	<b>444.065,18</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
------------------------	-----------------	--------------------	---------------------	---------------------	----------------	---------------

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2019

---

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR  
CONTADOR  
012685/O  
040.509.021-84

---

LUÍS EDUARDO COSTA  
PRESIDENTE CAU/MS  
CAU - A22849-4 MS  
543.985.681-15



## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPEZA CORRENTE	0,00	3.226,07	3.226,07	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	3.226,07	3.226,07	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>	<b>3.226,07</b>	<b>3.226,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.485.307,57	3.168.284,05	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.961.939,16	2.729.990,88
CONTRIBUIÇÕES	1.428.376,17	1.307.303,35	PESSOAL E ENCARGOS	1.499.244,39	1.632.693,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.428.376,17	1.307.303,35	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.420.616,45	1.558.179,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.428.376,17	1.307.303,35	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.420.616,45	1.558.179,88
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.705.929,84	1.543.025,87	BENEFÍCIOS A PESSOAL	78.627,94	74.513,92
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.705.929,84	1.543.025,87	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	78.627,94	74.513,92
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.705.929,84	1.543.025,87	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	552.836,89	557.435,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	110.373,56	138.121,55	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.795,19	10.738,38
JUROS E ENCARGOS DE MORA	55.597,45	72.159,31	CONSUMO DE MATERIAL	10.795,19	10.738,38
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	55.597,45	72.159,31	SERVIÇOS	524.590,39	504.416,66
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	54.776,11	65.962,24	DIARIAS	70.196,99	89.909,90
MULTAS SOBRE ANUIDADES	54.776,11	65.962,24	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	99.785,03	114.548,79
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	20.400,00	0,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	354.608,37	299.957,97
GANHOS COM ALIENAÇÃO	20.400,00	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	17.451,31	42.280,75
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	20.400,00	0,00	DEPRECIACAO	17.451,31	42.280,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	220.228,00	179.833,28	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	245.627,10	293.005,40
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	10.780,71	1.461,71	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	245.627,10	293.005,40
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	10.780,71	1.461,71	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	245.627,10	293.005,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	209.447,29	178.371,57	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	436.758,78	3.608,45
MULTAS ADMINISTRATIVAS	14.459,21	3.035,62	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	432.923,36	3.608,45
INDENIZAÇÕES	23.017,95	22.972,19	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	432.923,36	3.608,45
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	158,22	72,30	PERDAS INVOLUNTARIAS	3.835,42	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES	171.811,91	152.291,46	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	3.835,42	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	227.472,00	243.247,44
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	227.472,00	243.247,44
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	227.472,00	243.247,44

<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>3.485.307,57</b>	<b>3.168.284,05</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>2.961.939,16</b>	<b>2.729.990,88</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>					
<b>Déficit do Exercício</b>			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>523.368,41</b>	<b>438.293,17</b>
<b>Total</b>	<b>3.485.307,57</b>	<b>3.168.284,05</b>	<b>Total</b>	<b>3.485.307,57</b>	<b>3.168.284,05</b>

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2019

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR  
CONTADOR  
012685/O  
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA  
PRESIDENTE CAU/MS  
CAU - A22849-4 MS  
543.985.681-15

**Variações Patrimoniais Qualitativas  
(decorrentes da execução orçamentária)**

<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.100,07	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
RECEITA CORRENTE	2.774.380,78	2.563.887,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	909.661,29	855.197,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	909.661,29	855.197,95
ANUIDADES	909.661,29	855.197,95
RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.929,84	1.543.025,87
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.624,28	4.903,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.701.305,56	1.538.122,87
FINANCEIRAS	92.568,57	98.734,41
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	37.792,46	32.772,17
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	54.776,11	65.962,24
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.025,78	35.459,03
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.750,33	30.503,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.221,08	66.928,96
MULTAS DE INFRAÇÕES	32.264,20	42.422,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.017,95	22.972,19
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	10.780,71	1.461,71
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	158,22	72,30
OUTROS INGRESSOS	335.675,45	352.807,91
<b>DESEMBOLSOS</b>		
DESPESA CORRENTE	2.530.706,16	2.660.075,79
PESSOAL	1.547.826,40	1.638.930,48
MATERIAL DE CONSUMO	10.795,19	10.738,38
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	354.887,60	385.115,88
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	226.766,23	245.672,43
ENCARGOS DIVERSOS	117.026,81	85.405,27
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.776,83	1.207,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	245.627,10	293.005,40
OUTROS DESEMBOLSOS	334.803,09	356.714,63
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>244.546,98</b>	<b>-100.095,32</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
ALIENACAO DE BENS	20.400,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	20.400,00	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>		
INVESTIMENTOS	4.100,07	3.767,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>16.299,93</b>	<b>-3.767,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	260.846,91	-103.862,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	325.863,15	429.725,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	586.710,06	325.863,15

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2019

---

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR  
CONTADOR  
012685/O  
040.509.021-84

---

LUÍS EDUARDO COSTA  
PRESIDENTE CAU/MS  
CAU - A22849-4 MS  
543.985.681-15

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL - CAU/MS

### 1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU/MS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de imunidade tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988, art. 150, Inciso VI, § 2º.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul está localizado na Rua Espírito Santo, nº 205, bairro Jardim dos Estados, CEP.: 79.020-080, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

#### 2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

#### 2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

---

### 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

#### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

##### 3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

#### 3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

---

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	5	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### 3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

---

### 3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/MS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Procuradoria e da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

### 3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

---

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### 3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### 3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

### 3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de Risco Financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.  
O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Aplicações financeiras	586.710	325.863
	<u>586.710</u>	<u>325.863</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	730.542	592.121
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.500.566	1.115.794
( - ) Provisão para devedores duvidosos	(1.371.565)	(1.058.094)
	<u>859.543</u>	<u>649.822</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

Os créditos de curto prazo em 31 de dezembro de 2018 compõem-se em:

	2018	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Créditos de anuidades do exercício de 2018	398.261	193.860
Créditos de anuidades do exercício de 2017	262.668	158.682
Créditos de anuidades do exercício de 2016	168.465	119.178
Créditos de anuidades do exercício de 2015	104.557	82.036
Créditos de anuidades do exercício de 2014	71.850	55.384
Créditos de anuidades do exercício de 2013	53.786	39.187
Total dos Créditos de Anuidades a Receber	<u>1.059.588</u>	<u>648.328</u>
		<u>1.707.916</u>

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

Os créditos de curto prazo em 31 de dezembro de 2019 compõem-se em:

	2019		
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Créditos de anuidades do exercício de 2019	525.272	205.270	
Créditos de anuidades do exercício de 2018	322.653	172.844	
Créditos de anuidades do exercício de 2017	227.835	148.494	
Créditos de anuidades do exercício de 2016	145.515	112.354	
Créditos de anuidades do exercício de 2015	92.588	76.764	
Créditos de anuidades do exercício de 2014	64.335	51.425	
Créditos de anuidades do exercício de 2013	49.518	36.241	
<b>Total dos Créditos de Anuidades a Receber</b>	<b>1.427.717</b>	<b>803.391</b>	<b>2.231.108</b>

As provisões para Devedores Duvidosos, contidas nos ajustes de perdas de créditos a curto prazo, foram constituídas de acordo com o disposto no item "3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos".

Para o período de 2018, foram consideradas como prováveis perdas para anuidades de pessoa física, o percentual de 86,45% (oitenta e seis vírgula quarenta e cinco por cento) sobre o montante registrado como Créditos de Anuidades a Receber (período 2012 a 2017). Para os Créditos de Anuidades de Pessoas Jurídicas a Receber, no encerramento do exercício financeiro de 2018, foi aplicado o percentual de 93,86% (noventa e três vírgula oitenta e seis por cento) sobre o montante registrado como Créditos de Anuidades a Receber (período 2012 a 2017), a título de provável perda com liquidação duvidosa.

Em 2019, foram consideradas como prováveis perdas para anuidades de pessoa física, o percentual de 84,71% (oitenta e quatro vírgula setenta e um por cento) sobre o montante registrado como Créditos de Anuidades a Receber (período 2012 a 2018). Para os Créditos de Anuidades de Pessoas Jurídicas a Receber, no encerramento do exercício financeiro de 2019, foi aplicado o percentual de 92,34% (noventa e dois vírgula trinta e quatro por cento) sobre o montante registrado como Créditos de Anuidades a Receber (período 2012 a 2018), a título de provável perda com liquidação duvidosa.

## 7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
Adiantamento de Férias	6.045	10.125
Restituição de Valores (CAU/BR)	-	18
	<b>6.045</b>	<b>10.143</b>

Os créditos acima se referem às contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento de férias.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

Gozaram férias em janeiro de 2019, os seguintes funcionários: Juliana Moraes Nunes Evangelista, Assistente Financeiro (Processo Administrativo nº 037/2019); Alex Taylor Franco Saldanha, Auxiliar Administrativo (Processo Administrativo nº 038/2019); Talita Assunção Souza, Secretária do Presidente (Processo Administrativo nº 039/2019); Diego Luiz Rojas Lube, Assessor Jurídico (Processo Administrativo nº 040/2019), e; Nathally de Almeida Leite Ifram, Auxiliar Administrativo (Processo Administrativo nº 041/2019). Tais valores pagos a título de férias para os mesmos representaram o valor disposto em adiantamento de férias em 31 de dezembro de 2018.

Gozaram férias em janeiro de 2020, os seguintes funcionários: Juliana Moraes Nunes Evangelista, Assistente Financeiro (Processo Administrativo nº 032/2020); Alex Taylor Franco Saldanha, Assessor Técnico (Processo Administrativo nº 033/2019); Talita Assunção Souza, Secretária do Presidente (Processo Administrativo nº 034/2020) e; Fabrícia de Carvalho Torquato, Gerente de Fiscalização (Processo Administrativo nº 035/2020). Tais valores pagos a título de férias para os mesmos representaram o valor disposto em adiantamento de férias em 31 de dezembro de 2019.

O valor disposto como direito decorrente de restituição de valores em 31 de dezembro de 2018, foi integralmente devolvido ao CAU/MS pelo CAU/BR, em março de 2019. A devolução refere-se a Cota Parte do CAU/BR (20%), no processo de devolução de valores a arquitetos e urbanistas, por motivo de pagamento de boleto relativo a Taxa RRT em duplicidade, conforme Processo Administrativo nº 213/2018 (Análise de Ressarcimento nº 14.805).

#### 8. Créditos a Longo Prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades em Dívida Ativa Judicial	62.347	66.825
	<u>62.347</u>	<u>66.825</u>

O ano de 2018 encerrou com o registro na Contabilidade, para Créditos a Longo Prazo, decorrentes de Anuidades em Dívida Ativa (Judiciais), relativas ao exercício financeiro de 2012, composto da seguinte maneira: R\$39.249 (trinta e nove mil duzentos e quarenta e nove reais) e, R\$27.575 (vinte e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Em 2019, foi registrado como receitas decorrentes de Créditos de Anuidades inscritas em dívida ativa para pessoa física, relativas ao exercício financeiro de 2012, o valor de R\$2.017 (dois mil e dezessete reais), o que representou aproximadamente cerca de 5,14% (cinco vírgula catorze por cento) do total devido em 31 de dezembro de 2018.

O saldo remanescente de R\$37.233 (trinta e sete mil duzentos e trinta e três reais) foi ajustado em 31 de dezembro de 2019, para atender ao disposto na Planilha de Controle Gerencial do CAU/BR - Relatório 15 (profissionais), extraída do SICCAU. Portanto, o valor registrado na contabilidade em 31 de dezembro de 2019, como direito de Créditos de Anuidades de Pessoas Físicas a Longo Prazo, inscritas em Dívida Ativa (Judicial), relativas ao exercício de 2012, é de R\$36.333 (trinta e seis mil trezentos e trinta e três reais).

Seguindo a sistemática dos parágrafos anteriores, foi registrado como receitas decorrentes de Créditos de Anuidades inscritas em dívida ativa para pessoa jurídica, relativas ao exercício financeiro de 2012, o valor de R\$722 (setecentos e vinte e dois reais), o que representou aproximadamente cerca de 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento) do total devido em 31 de dezembro de 2018.

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

O saldo remanescente de R\$26.853 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais) foi ajustado em 31 de dezembro de 2019, para atender ao disposto na Planilha de Controle Gerencial do CAU/BR - Relatório 14 (empresas), extraída do SICCAU. Portanto, o valor registrado na contabilidade em 31 de dezembro de 2019, como direito de Créditos de Anuidades de Pessoas Jurídicas a Longo Prazo, inscritas em Dívida Ativa (Judicial), relativas ao exercício de 2012, é de R\$26.014 (vinte e seis mil e quatorze reais).

## 9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Terrenos	490.930	-	490.930	490.930
Máquinas e Equipamentos	153.057	(132.454)	20.603	24.768
Instalações	3.224	(1.484)	1.741	2.105
Veículos	62.000	(54.451)	7.549	11.384
Móveis e utensílios	177.906	(151.847)	26.059	30.051
Equipamentos de Processamento de Dados	143.025	(116.378)	26.647	30.527
Sistemas de Processamento de Dados	10.554	(5.655)	4.899	5.849
Utensílios de Copa e Cozinha	1.794	(1.532)	261	261
Obras de Arte	9.754	-	9.754	9.754
<b>Total</b>	<b>1.052.244</b>	<b>(463.801)</b>	<b>588.443</b>	<b>605.629</b>

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Terrenos	490.930	-	-	-	490.930
Máquinas e Equipamentos	153.057	-	-	(132.454)	20.603
Instalações	3.224	-	-	(1.484)	1.741
Veículos	92.868	-	(30.867)	(54.451)	7.549
Móveis e utensílios	177.906	-	-	(151.847)	26.059
Equipamentos de Processamento de Dados	138.925	4.100	-	(116.378)	26.647
Sistemas de Processamento de Dados	10.554	-	-	(5.655)	4.899
Utensílios de Copa e Cozinha	1.794	-	-	(1.532)	261
Obras de Arte	9.754	-	-	-	9.754
<b>Total</b>	<b>1.079.012</b>	<b>4.100</b>	<b>(30.867)</b>	<b>(463.801)</b>	<b>588.443</b>

Com a conseqüente diminuição do quadro de pessoal do Conselho, não houve a necessidade de aquisição de novos equipamentos de informática, móveis e equipamentos, para utilização por parte de novos funcionários.

Outro importante destaque foi o fato da venda do veículo Modelo Logan, Marca Renault, Placa NSC-0001, Renavam nº 490875572, Ano de Fabricação: 2012, Modelo 2012, em abril de 2019, veículo este que foi classificado como antieconômico pela Administração da Entidade e que pertencia a frota do CAU/MS, nos termos da Comunicação Interna nº 042/2018-2020 - GA - CAU/MS, de 14 de novembro de 2018.

A Decisão da Alienação do bem disposto no parágrafo anterior deu-se através da Deliberação Plenária nº 078 DPOMS 0085-05.2018 (Ad Referendum), de 11 de dezembro de 2018. No mesmo mês de autorização de venda do bem citado, foi lançado o Edital de Leilão nº 01/2018, com todas as disposições pertinentes a alienação, bem como os dados do veículo e das disposições gerais acerca do certame licitatório.

Como nenhum licitante compareceu no dia e hora marcada para a ocorrência do Leilão (dia 19 de dezembro de 2018), os trabalhos da Equipe de Licitação da Entidade foram encerrados após o aguardo de 15 minutos de tolerância da abertura da sessão.

No início de 2019, através de nota de Justificativa, em cumprimento do disposto no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, o CAU/MS promoveu a alienação do veículo Logan mediante dispensa de licitação. O preço da alienação (R\$ 20.400,00) foi igual ao preço mínimo exigido no leilão.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

Com tudo o que fora disposto acima, a Contabilidade procedeu à baixa do bem registrado no patrimônio da Entidade, bem como o registro dos “Ganhos com a Alienação de Imobilizado”.

Todos os documentos da licitação e da respectiva venda do veículo foram apresentados a Auditoria Externa, quando dos trabalhos realizados na sede da Entidade em outubro de 2019.

10. Fornecedores a pagar/Restos a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviço	3.747	3.226
	<u>3.747</u>	<u>3.226</u>

Todas as obrigações com fornecedores, apresentadas no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram devidamente quitadas em janeiro de 2020, e em janeiro de 2019, respectivamente. As obrigações representam prestações de serviços realizadas em dezembro dos respectivos exercícios financeiros.

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias	108.485	129.122
INSS	22.239	26.470
FGTS	8.679	10.329
PIS/PASEP	1.085	1.291
Total	<u>140.488</u>	<u>167.212</u>

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

Em atenção ao proposto no V Encontro de Contadores e Gestores Financeiros dos CAU/UFs e CAU/BR, realizado em novembro de 2019, o Núcleo de Contabilidade do CAU/BR orientou acerca da nova utilização de contas para o provisionamento das apropriações mensais da folha de pagamento com férias e 13º salário.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

Em síntese, de acordo com o MCASP, as provisões não se confundem com os demais passivos, tais como passivos derivados de apropriações por competência (por exemplo, valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário).

Embora em certos momentos seja necessário estimar o valor ou o prazo dos passivos derivados de apropriações por competência, a incerteza é geralmente muito menor que nas provisões. Essas obrigações são geralmente divulgadas como parte das contas a pagar. Por sua vez, as provisões são divulgadas separadamente.

Com as mudanças adotadas, as provisões deixaram de se referir a ajustes dos valores contábeis de ativos e passaram a se referir apenas como passivos de prazo ou valor incertos. Com isso, foi proposta a alteração no plano de contas (SISCONT) e devidamente aceita e atendida pelo CAU/MS, nos seguintes termos:

2.1.7.1.1	PROVISÕES TRABALHISTAS		2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR
2.1.7.1.1.01	Férias	➔	2.1.1.1.2	APROPRIAÇÃO MENSAL DA FOLHA
2.1.7.1.1.02	13o. Salário		2.1.1.1.2.01	Férias
2.1.7.1.1.03	INSS s/ Férias		2.1.1.1.2.02	13o. Salário
2.1.7.1.1.04	FGTS s/ Férias		2.1.1.1.2.03	INSS s/ Férias
2.1.7.1.1.05	PIS/PASEP s/ Férias		2.1.1.1.2.04	FGTS s/ Férias
2.1.7.1.1.06	INSS s/ 13. salário		2.1.1.1.2.05	PIS/PASEP s/ Férias
2.1.7.1.1.07	FGTS s/ 13. salário		2.1.1.1.2.06	INSS s/ 13. salário
2.1.7.1.1.08	PIS s/ 13. salário		2.1.1.1.2.07	FGTS s/ 13. salário
			2.1.1.1.2.08	PIS s/ 13. salário

Com isso, as obrigações denominadas como “provisões trabalhistas”, foram apresentadas no Passivo Circulante, subgrupo Provisões a Curto Prazo no Balanço Patrimonial de 2018.

Em 2019, estas “provisões trabalhistas” estão dispostas também no Passivo Circulante, porém no subgrupo denominado Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

## 12. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, estão assim representadas:

	2019	2018
Trabalhistas	65.000	65.000
Cíveis	-	52.360
	<u>65.000</u>	<u>117.360</u>

De acordo com as Circularizações apresentadas pela Procuradoria Jurídica e pela Assessoria Jurídica do CAU/MS, manteve-se o entendimento de provável perda apenas a ação promovida pela autora Mariana Estrada Coelho, Processo nº 0024305-58.2017.5.24.0002 (que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Campo Grande), tendo como valor provável de realização de R\$65.000 (sessenta e cinco mil reais), o qual foi registrado no Passivo Não Circulante em 2017 e, que teve seu saldo remanejado para o Passivo Circulante da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e mantido em 31 de dezembro de 2019, por entendimento do Parecer Jurídico (Ofício nº 001/2020 - PROJUR - CAU/MS, apresentado em resposta a Circularização de Advogados apresentada pelo Procurador Jurídico do CAU/MS, Dr. Elias Pereira de Souza, OAB/MS nº 3.454) no sentido de que tais valores prováveis de perda constituídos em respectiva provisão, serão utilizados para cobrir os gastos com tais contingências trabalhistas, dentro do próximo exercício social.

Também de acordo com o departamento jurídico, no exercício social de 2019, houve a reversão do saldo da provisão constituída para contingências cíveis, no valor de R\$52.360 (Cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta reais), uma vez que tal demanda judicial teve desfecho favorável ao CAU/MS (foi julgado improcedente o pedido de condenação em danos morais, tendo o processo transitado em julgado). Tal valor se referia ao processo de nº 0001344-37.2017.403.6002, que representa uma demanda de Anulação de ato c/c Pedido de Liminar de Tutela de urgência c/c Dano Moral proposta por Liliana Lima dos Santos e Armando de Lima Matos em face do CAU/MS. O Conselho foi condenado em apenas no pagamento dos honorários da outra parte, na ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais), pagamento este efetuado em janeiro de 2020, conforme resposta a Circularização de Advogados apresentada pelo Assessor Jurídico do CAU/MS, Dr. Diego Luiz Rojas Lube (OAB/MS nº 11.901).

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2019
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	65.000	-	-	-	-	65.000
Cíveis	52.360	-	(52.360)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>117.360</b>	<b>-</b>	<b>(52.360)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.000</b>

## Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

## 13. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	523.368	438.293
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	1.370.485	932.192
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.893.853</b>	<b>1.370.485</b>

O Superávit do Exercício derivou-se do Encerramento do Exercício Financeiro de 2019, o qual foram encerradas as contas dos grupos 3 (despesas - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)) e 4 (receitas - Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)).

Foram reconhecidas como receitas, após o encerramento das contas do grupo 4, o valor total de R\$3.514.558, (três milhões quinhentos e catorze mil quinhentos e cinquenta e oito reais). Neste valor estão englobadas todas as receitas reconhecidas mensalmente, os ganhos com a alienação de bens, as reversões de provisões judiciais, além das reversões de provisões para devedores duvidosos constituídas sobre anuidades de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

Foram reconhecidas como despesas, após o encerramento das contas do grupo 3, o valor total de R\$2.991.190 (dois milhões novecentos e noventa e um mil cento e noventa reais). Neste valor englobam-se todas as despesas reconhecidas mensalmente (gastos com pessoal e encargos, aluguel da sede, manutenção das atividades do CAU/MS, dentre outras), a contribuição ao Fundo Nacional de Apoio aos CAU/UFs e ao Centro de Serviços Compartilhados, além das variações patrimoniais diminutivas decorrentes da constituição da provisão para devedores duvidosos sobre anuidades de pessoas físicas e jurídicas, relativas ao exercício de 2018.

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

## 14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MS, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

## 15. Despesas por natureza

A composição das despesas por natureza, no último biênio, está disposta da seguinte maneira:

Classificação	2019	2018
Despesa com Pessoal e encargos	1.499.244	1.632.694
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	10.795	10.739
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.451	42.281
Transferências Intergovernamentais Concedidas	245.627	293.005
Despesas com Contratação de Terceiros	454.393	414.507
Despesas com Diárias	70.198	89.910
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	432.923	3.608
Perdas Involuntárias com Imobilizado	3.836	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	227.472	243.247
Total	<u>2.961.939</u>	<u>2.729.991</u>

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

## 16. Receita por natureza

Da análise das receitas da Entidade, para o último biênio, a composição das mesmas deu-se da seguinte maneira:

Classificação	2019	2018
Contribuições Sociais (Anuidades)	1.428.376	1.307.303
Prestação de Serviços (RRTs)	1.705.930	1.543.026
Variações Patrimoniais Aumentativas - Juros e Encargos	55.597	72.159
Multas sobre Anuidades	54.776	65.962
Valorização e Ganhos com Ativos	20.400	-
Receitas Não Identificadas	10.781	1.462
Multas Administrativas	14.459	3.036
Indenizações	23.018	22.972
Ônus de Sucumbência por Ações Judiciais	158	72
Reversão de Provisões (PDD e Riscos Cíveis/Trabalhistas)	171.812	152.292
<b>Total</b>	<b>3.485.307</b>	<b>3.168.284</b>

## 17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

**Resultado Patrimonial**

	2019	2018
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.485.308	3.168.284
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.961.939)	(2.729.991)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<b>523.368</b>	<b>438.293</b>

**Resultado Orçamentário**

	2019	2018
Receita Orçamentária Corrente Arrecadada	2.774.381	2.563.887
Receita Orçamentária de Capital Arrecadada	20.400	-
(-) Despesas Empenhadas	(2.534.453)	(2.663.302)
(-) Investimentos	(4.100)	(3.767)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado	<b>256.228</b>	<b>(103.182)</b>

**Resultado Financeiro**

	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	586.710	325.863
(-) Passivo Financeiro	(209.235)	(235.438)
(=) Superávit Financeiro Apurado	377.475	90.425

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

## 18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.183.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 3 veículos	1.200.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	20.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		2.403.000

Os valores apresentados para os itens "Complexo das atividades" e "Responsabilidade" constam da renovação da apólice nº 1834004768, atualmente cobertura contratada com a Seguradora HDI Seguros S.A., com vigência de 11 de janeiro de 2019 até 11 de janeiro de 2020, período de 365 dias, ramo compreensivo empresarial, relativo ao orçamento 05015417, Produto HDI PROTEÇÃO, código 423, código da versão 20190105, Processo na SUSEP nº 15414.000533/2005-10.

Os valores apresentados para o item "veículos" estão dispostos na apólice nº 01.059.131.013702, também sobre a cobertura contratada com a Seguradora HDI Seguros S.A., com vigência das 24hs do dia 06 de agosto de 2019 às 24hs do dia 06 de agosto de 2020, período de 366 dias, ramo 0531 - automóvel - casco, Proposta: 254436241.

## 19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Campo Grande/MS.

Responsáveis pelas informações:

Contador Moacir Dias Cardoso Junior  
Contador do Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
de Mato Grosso do Sul (CAU/MS)  
CRC/MS nº 12.685-0

Arquiteto e Urbanista Cláudio Lisias Lucchese  
Gerente Administrativo e Financeiro do Conselho de  
Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS)  
CPF nº 031.124.538-24

Arquiteto e Urbanista Luís Eduardo Costa  
Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
de Mato Grosso do Sul (CAU/MS)  
CPF nº 543.985.681-15